

Desigualdades Sócio-Espaciais no Centro-Oeste Brasileiro: o caso da Região Metropolitana de Goiânia

Aristides Moysés¹

Resumo

O objetivo deste texto é provocar uma reflexão sobre as desigualdades sociais no Centro-Oeste brasileiro, com destaque para a Região Metropolitana de Goiânia, tendo como parâmetro as transformações ocorridas no Centro-Oeste brasileiro em dois momentos distintos, sendo o primeiro logo a partir dos anos 1970, e o segundo a partir dos anos 90.

Palavras Chaves: desigualdades sociais. Região. Metropolização. Ocupação perversa do Cerrado. Desenvolvimento sustentável.

Introdução

A região Centro-Oeste transforma-se com o processo de modernização de sua agricultura, o que lhe possibilita estruturar-se para produzir *commodities*. Este processo, ao mesmo tempo em que modifica as relações de trabalho no campo, substituindo o modelo de produção voltado para a subsistência por um modelo que contempla fundamentalmente a produção de mercadorias destinadas para o mercado exportador, desmantela a incipiente produção agrícola calcada na agricultura familiar e tange para as cidades, pequenas, médias e grandes, uma leva significativa de migrantes. A partir desse momento o Centro-Oeste deixa de ser rural e passa a ser majoritariamente urbano.

¹ Professor do Departamento de Economia da Universidade Católica de Goiás. Diretor do Departamento de Ordenação Sócio-Econômica da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de Goiânia. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas e Regionais do Centro-Oeste – GEPUR-CO. Pesquisador do Observatório das Metrôpoles arymoyses@uol.com.br e arymoyses@aganet.com.br

Esse processo repercutiu de forma intensa no município de Goiânia, cidade construída nos anos 1930 para ser a capital do Estado de Goiás. Com pouco mais de 30 anos, já se transforma num pólo regional de médio porte, atraindo grande parte das migrações do Centro-Oeste e de outras regiões do país, assim como empresas ligadas ao setor comercial, de serviços e da indústria da construção civil. Esse afluxo de pessoas e de empresas contribuiu para a institucionalização, na década de 1980, do Aglomerado Urbano de Goiânia (AGLUG) que, no final dos anos 90, foi oficialmente transformado em Região Metropolitana.

As desigualdades sociais na Região Centro-Oeste, até a década de 1960, derivavam da existência de um meio rural desprovido dos meios de produção modernos (predomínio do que Estevam (2000) chama de *fazenda goiana*), onde os trabalhadores utilizavam instrumentos rudimentares e plantavam visando suprir necessidades imediatas de suas famílias; nas cidades, a demanda crescente por mão de obra esbarrava sobretudo na quantidade insuficiente, sem a qualificação necessária. A partir dos anos 90, a oferta passou a ser abundante e a qualificação melhorou, no entanto a demanda contraiu-se, e as condições de vida na cidade tornaram-se cada vez mais problemáticas.

Na raiz dessas desigualdades, o texto tenta mostrar que além dos enfoques tradicionais de análise calcada nas questões sócio-econômicas, existem também questões de ordem ambientais derivadas do processo de ocupação do Cerrado, tanto quanto a introdução de equipamentos tecnológicos avançados, como da utilização de manejo inadequado do bioma Cerrado.

Se as desigualdades sociais até os anos 60, no Centro-Oeste, eram provocadas por um modelo arcaico de produção, que tinha a figura do *coronel rural* como força política dominante, a partir de meados dos anos 80, principalmente nos anos 90, essas desigualdades vão se manifestar nas cidades de forma mais perversa. As raízes de tais desigualdades podem ser encontradas em outros atores hegemônicos, tais como os burocratas do setor de serviços, executivos de grandes empresas rurais e urbanas, enfim, atores tanto do mercado formal quanto informal de trabalho, todos forjados no processo de reestruturação produtiva que ousou chamar de *coronéis da globalização*.

Formação da Rede Urbana no Centro-Oeste num contexto de exclusão social

Apesar de o Centro-Oeste, no seu conjunto, se apresentar como um território de baixa densidade, pode-se dizer que a partir dos anos 1970 formou-se uma rede urbana que desempenha papel importante na estruturação do espaço regional-urbano centroestino. No processo histórico, identificam-se alguns vetores que dinamizaram a ocupação do Centro-Oeste. Assim, estímulos endógenos, como as atividades mineradoras, a pecuária extensiva, a implantação da ferrovia, a melhoria das precárias estradas rodoviária e a implantação de infra-estrutura, ao longo do tempo, foram importantes para a conformação dos núcleos urbanos, porém insuficientes para dar a densidade demográfica necessária à ocupação do Centro-Oeste. Admite-se que no bojo dessas atividades surgiu a necessidade de criação de núcleos populacionais, sendo que muitos deles evoluíram para a categoria de cidades.

Entretanto, reconhece-se também que o impulso necessário à formação de uma rede urbana densa, mesmo localizada em somente alguns pontos do território do Centro-Oeste, necessitou de estímulos exógenos de grande monta, sobretudo a partir dos anos 1930, tendo o Estado (governo federal e estadual) como principal agente estruturador. Admite-se também que alguns desses impulsos foram intensificadores do processo acelerado de urbanização por que passou o Centro-Oeste.

Como destaque de ações concretas, deve-se salientar a construção de Goiânia nos anos 1930. Em 1933 lança-se a pedra fundamental, e em 1942 acontece o Batismo Cultural. Já nos anos 1950, antes mesmo da construção de Brasília, Goiânia já era um núcleo urbano expressivo, com uma população acima de 100 mil habitantes e um comércio dinâmico, sinalizando desde então que tinha vocação e assumiria muito brevemente a condição de núcleo polarizador, o que de fato veio a ocorrer.

A construção de Brasília nos anos 1950, consolidada no início da década de 1960, intensifica ainda mais o processo de ocupação da Região, na medida em que atrai um contingente significativo de imigrantes. A implantação dessas duas capitais planejadas no Planalto Central possibilitou a formação do eixo Goiânia-Brasília. Esse eixo, atualmente, contando com os seus respectivos entornos, reúne 42 municípios, constituindo-se num

espaço de grande concentração de população, representando cerca de 1/3 da população total do Centro-Oeste.

As Tabelas 1 e 2 abaixo mostram o crescimento da população urbana no Centro-Oeste e o decréscimo da população rural, bem como a participação de cada membro federativo em particular.

Tabela 1 - Centro-Oeste - População Residente Urbana (1940-2000)

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
BRASIL	12.880.182	18.782.891	31.303.034	52.084.984	80.436.409	110.990.990	137 953 959
CENTRO-OESTE	270.837	423.497	1.007.228	2.437.379	5.114.597	7.663.122	10 092 976
Mato G. do Sul	-	-	-	-	919.123	1.414.447	1 747 106
Mato Grosso	128.727	177.830	343.569	684.189	654.952	1.485.110	1 987 726
Goiás	142.110	245.667	575.325	1.237.108	2.401.491	3.247.676	4 396 645
Distrito Federal	-	-	88.334	516.082	1.139.031	1.515.889	1 961 499

FONTE – IBGE, Diretoria de Pesquisas, Depto. de População e Indicadores Sociais, Censo Demográfico.

Ao observar mais detidamente as Tabelas 1 e 2, percebe-se que a população urbana supera a população rural, no Brasil, a partir dos anos 1970. Em termos relativos isso significa que o Censo de 1970 identificou 55,0% da população brasileira morando na zona rural. No Centro-Oeste essa relação aponta que 52,0% da população da Região moram no campo. Já o Censo de 1980 registra uma relação inversa, ou seja, da população total brasileira, apenas 32,0% residem na zona rural, sendo que um percentual semelhante é encontrado no Centro-Oeste. Em outros termos, o ponto de inflexão rural-urbano ocorreu no Brasil a partir dos anos 1960, e no Centro-Oeste a partir dos anos 1970.

Ainda com relação aos dados das Tabelas 1 e 2, nota-se que o Estado de Goiás e o Distrito Federal, juntos, concentram 62,3% da população urbana e total da Região Centro-Oeste.

Tabela 2 - Centro-Oeste - População Residente Rural - 1940/2000

	POPULAÇÃO RESIDENTE – RURAL						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
BRASIL	28.356.133	33.161.506	38.767.423	41.054.053	38.566.297	35.834.485	32.023.620
CENTRO-	987.842	1.313.468	1.935.764	2.635.880	2.430.198	1.764.479	1.543.752

OESTE							
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	450.444	365.926	330.895
Mato Grosso	303.538	344.214	545.970	912.901	483.739	542.121	516.627
Goiás	684.304	969.254	1.337.964	1.701.569	1.458.111	771.227	606.583
Distrito Federal	-	-	51.830	21.410	37.904	85.205	89.647

FONTE – IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Censo Demográfico.

Registre-se que, no final dos anos 70, o desmembramento do Estado de Mato Grosso possibilitou a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, fortalecendo a economia de ambos os Estados e conferindo a ambos um perfil mais urbano. Isso pode ser constatado através da Tabela 3, que mede o grau de urbanização da população brasileira em geral e do Centro-Oeste com seus respectivos membros federativos.

A Tabela 3 permite constatar que o Brasil em geral, e o Centro-Oeste em particular, se urbanizou a taxas crescentes a partir dos anos 1970.

Tabela 3 - Centro-Oeste - Taxa de Urbanização (1940-2000)

	TAXA DE URBANIZAÇÃO						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
BRASIL	31,2	36,2	44,7	55,9	67,6	75,6	81,2
CENTRO-OESTE	21,5	24,4	34,2	48,0	67,8	81,3	86,7
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	67,1	79,4	84,1
Mato Grosso	29,8	34,1	38,6	42,8	57,5	73,3	79,4
Goiás	17,2	20,2	30,1	42,1	62,2	80,8	87,9
Distrito Federal	-	-	63,0	96,0	96,8	94,7	88,7

Fonte: A partir dos dados dos Censo IBGE

Enfim, a criação de cidades em vazios tanto econômicos quanto demográficos, como Goiânia e Brasília, assim como a transformação de Campo Grande em capital de Estado assumem funções urbanizadoras e vão estimular a formação de redes urbanas em todo o Centro-Oeste. Aliados à criação de cidades, cabe destacar os vários Planos, Projetos e Programas, também vistos como desencadeadores de ações concretas futuras com o objetivo de estimular o desenvolvimento da Região. Muitos deles resultaram na consolidação de uma infra-estrutura, sobretudo rodoviária, que, ao integrar as aglomerações de grande expressão, também contribuíram para estimular ao longo dessas rodovias uma malha urbana que se estendeu interior adentro.

É importante não se ter a esse respeito uma idéia determinística. O “rodoviarismo” não pode ser encarado como panacéia para o enfrentamento dos problemas regionais e nem a ele, por si só, pode ser imputada a responsabilidade de promover o desenvolvimento regional. O trabalho do IPEA/NESUR-IE-UNICAMP/IBGE (1999:3) constata o seguinte:

*Fato que reforça a tese de que apenas a abertura de vias de escoamento e o conseqüente estímulo à produção, não representam a garantia de desenvolvimento regional, (...) Ou seja, investimentos em infra-estrutura de transportes podem potencializar as oportunidades de investimento produtivo, aumentando a produção **in loco** mas não necessariamente representam garantia de materialização espacial de renda.* (o grifo é do relatório).

A despeito dessa ressalva não se pode ignorar que o conjunto de ações exógenas acima citadas contribuiu para acelerar o movimento migratório e, conseqüentemente, adensar o Centro-Oeste. Basta verificar os dados sobre a dinâmica populacional contidos nas Tabelas acima mencionadas para se verificar que a população alcançou, já a partir dos anos 50, taxas expressivas de crescimento médio, superiores à média nacional e das demais regiões vistas isoladamente.

Isto significa que os propósitos da “Marcha para o Oeste”, na perspectiva de interiorizar o desenvolvimento, pelo menos no Centro-Oeste, foram atingidas.

As décadas de 50 e 60 marcaram, assim, a arrancada no desenvolvimento do Centro-Oeste, puxada no primeiro momento pela intensa imigração atraída pela nova capital² e pelos projetos de colonização que contribuíram para um rápido adensamento do interior dos estados. Esse contingente migratório, composto em sua grande maioria por despossuídos, dirigindo-se para as áreas rurais dos municípios, foi responsável pelo desbravamento da região, utilizando-se de métodos tradicionais (...). A infra-estrutura implantada e a expansão populacional deram ensejo à transformação das estruturas produtivas e, em particular, à ampliação da circulação de mercadorias e diversificação dos setores produtivos dos núcleos urbanos estrategicamente posicionados como entrepostos comerciais. Preparava-se, assim, a grande mudança funcional do Centro-Oeste: a modernização agropecuária das décadas de 70 e 80, responsável pelo salto produtivo e pela resposta exportadora do complexo grãos-carne. (idem, IPEA/NESUR-IE-UNICAMP/IBGE (1999).

De fato, esse contexto tipicamente econômico possibilitou a formação de uma rede urbana que vai assumir papel importante na conformação do urbano no Centro-Oeste,

² O texto faz referência à cidade de Brasília. Incluímos também a construção de Goiânia que nos anos 50 já se apresenta como uma cidade próspera e um núcleo urbano que se impõe pelo seu dinamismo.

responsável por um consumo moderno e diversificado. Cabe lembrar, porém, que essa conformação vai assumir caráter excludente. Isto porque, a partir dos anos 70, a modernização da agricultura no Centro-Oeste importa não só máquinas, equipamentos e *commodities* (sementes de soja) tecnologicamente mais modernos, mas também um perfil de migrantes diferentes, constituídos por “*paulistas, paranaenses e gaúchos, em geral portadores de capital e com experiência na atividade agrícola*” (idem, IPEA/NESUR-IE-UNICAMP/IBGE (1999)), implicando um processo de esvaziamento do campo e concentração nas cidades do excedente rural expulso por conta da modernização da agricultura.

Veja a perversidade deste novo modo de acumulação: a entrada de capital moderno voltado para a produção de *commodities* substituiu não só os despossuídos assentados na fase anterior (até os anos 60), mas também os produtos agrícolas tradicionais como o arroz, o feijão, o milho e a mandioca, necessárias à economia de sobrevivência. Observe-se que despossuídos e produto tradicional constituem-se em fatores de produção voltados para a economia de subsistência.

Qual o significado social dessa transformação econômica que, num dado momento, atrai um tipo de migrante e, em outro, o substitui tendo em vista aumentar a eficiência da Região Centro-Oeste? A resposta a essa questão deve levar em consideração não apenas os efeitos sócio-econômicos provocados pelo processo de transformação conservadora que, conseqüentemente, repercutiu a partir dos anos 70 nas aglomerações urbanas, mas também correlacionar esses efeitos com o processo perverso de ocupação dos Cerrados do Centro-Oeste. Pretendemos com esse texto iniciar um processo de discussão, sem ter a pretensão nesse momento de esgotar o assunto.

Especificidades do Cerrado

Os Cerrados são um tipo de vegetação que se caracteriza por uma variedade de árvores baixas e retorcidas, típicas do Planalto Central Brasileiro, mas que podem também

ser encontradas na Amazônia, em parte do Nordeste Brasileiro e até mesmo no Sul, embora em menor quantidade³.

Segundo Abramovay (1999:2), o Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro (após a Amazônia) e concentra nada menos que um terço da biodiversidade nacional e 5% da flora e da fauna mundiais. No que se refere à flora, é considerada a mais rica dentre as savanas existentes no mundo. Destaque-se que o Cerrado ocupa posição estratégica tanto do ponto de vista hidrográfico quanto do ponto de vista da geografia econômica.

No que se refere à sua hidrografia, Altair Sales, antropólogo pesquisador da Universidade Católica de Goiás e diretor do Instituto do Trópico Subúmido⁴, lembra que o Cerrado desempenha papel importante como alimentador das principais bacias hidrográficas brasileiras, tais como a Amazônia, a Caatinga e a Mata Atlântica. A figura abaixo (mapa) mostra a posição dos Cerrados, que ocupam 85% do grande platô do Brasil Central Brasileiro, o que representa cerca de 20% da superfície do Brasil. Em suas entranhas está grande parte das nascentes que abastecem as principais bacias hidrográficas brasileiras, tais como a Amazônica, o São Francisco e a Bacia do Prata.

Figura (mapa) que destaca a posição dos Cerrados na geografia brasileira



³ Os Cerrados, segundo Abramovay (1999:2) totalizam 200 milhões de hectares. Deste total, 43,3% da superfície do Cerrado está localizada no Nordeste (Freire, 1997:63). Existem áreas de Cerrado também no Sul e no Sudeste do Brasil, como em São Paulo.

⁴ Na perspectiva de ser uma nova proposta de extensão, o Instituto do Trópico Subúmido, uma instituição pedagógica e de extensão, cujas atividades são voltadas para a busca de sempre associar conhecimentos científicos e tecnológicos.

total superior a 38,8 milhões de hectares) na região do Piauí (Rocha, 1997:63).

Universidade Católica de Goiás, tecnológica, do Cerrado —

A esse respeito Abramovay (1999:3) afirma que *“a água acumulada nos lençóis freáticos dos Cerrados do Centro-Oeste vai abastecer nascentes que dão origem a seis das oito maiores bacias hidrográficas brasileiras, exceção apenas para as bacias do Rio Uruguai e do Atlântico Sudeste”*.

Além disso, a região central do Brasil distribui as águas das bacias do Amazonas, do São Francisco e do Prata, e sua abundância hídrica é importante na vegetação (Pires, 1996:52, Apud Abramovay (1999)). Esta ligação permite o intercâmbio de sementes, pólen e mesmo a dispersão da fauna através das matas de galeria que acompanham córregos e rios, possibilitando que indivíduos de espécies do Cerrado se acasalem com representantes de espécies da Amazônia, da Mata Atlântica, da Caatinga, o que contribui para aumentar a variabilidade genética das espécies (Novaes, 1994, Apud Abramovay (1999)).

Em suma, o Cerrado é considerado uma das principais áreas de ecossistemas tropicais da Terra, sendo um dos centros prioritários para a preservação da biodiversidade do planeta. Entretanto, vários fatores têm contribuído para alterar essa situação. Dentre elas, duas são relevantes: a pressão urbana e o rápido estabelecimento de atividades agrícolas na região vêm reduzindo rapidamente a biodiversidade destes ecossistemas.

No que se refere à sua geografia econômica, a posição estratégica do Cerrado, na sua parte centroestina, a partir dos anos 1970 vem atraindo investimentos por duas razões: por estar no centro do país, portanto, próximo aos grandes centros consumidores, e pela sua geografia com grandes extensões de planícies, o que propícia o desenvolvimento da pecuária e da agricultura. Por essas razões, grandes empresas agropecuárias instalaram se no Centro-Oeste, sobretudo no Sul, Sudeste e Sudoeste do Estado de Goiás, graças aos

incentivos governamentais, transformando a Região numa das produtoras de *commodities* oriundos das agro-indústrias.

Delitti e Pivello (s/d), no que se refere às mudanças que ocorreram no Centro-Oeste para transformá-lo num celeiro do Brasil, observam que

Até meados de 1960, as atividades agrícolas nos cerrados eram bastante limitadas, direcionadas principalmente à produção extensiva de gado de corte para subsistência ou para o mercado local, uma vez que os solos de cerrado são naturalmente inférteis para a produção agrícola. Após esse período, porém, o crescimento urbano e industrial da região Sudeste forçou a agricultura para o Centro-Oeste. A mudança da capital do País para Brasília foi outro foco de atração de população para a região central. De 1975 até o início dos anos 80, muitos programas governamentais foram lançados com o propósito de estimular o desenvolvimento da região do cerrado, através de subsídios para o estabelecimento de fazendas e melhorias tecnológicas para a agricultura, tendo, como resultado, um aumento significativo na produção agropecuária.

Nesse sentido, cabe destacar que, na segunda metade dos anos 1970, o Governo Federal criou o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), que previa grandes investimentos em infra-estrutura, recursos para a pesquisa agropecuária e assistência técnica na região Centro-Oeste do País. Esse Programa compreendia três programas especiais: Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), Programa Especial da Região de Grande Dourados (PRODEGAN) e o Programa Especial da Região Geo-Econômica de Brasília (GEOECONÔMICA)

É visível a transformação que os incentivos fiscais provocaram na região como um todo. Segundo dados estatísticos do Ministério da Agricultura, a evolução da ocupação das terras dos Cerrados Brasileiros indica que em 1970 havia cerca de 5 milhões de hectares cultivados com cereais, com uma produção de cerca de 5 milhões de toneladas de grãos. No final da década de 70, quando os primeiros resultados da pesquisa foram colocados à disposição dos produtores, ocorreu um aceleração da expansão da área plantada e um incremento da produtividade. Em 1990, a área plantada atingiu cerca de 10 milhões de hectares, e a produção média passou para 20 milhões de toneladas com a duplicação da produtividade média, que passou de uma para duas toneladas por hectare. Atualmente, a região é responsável por cerca da terça parte da produção brasileira de grãos.

Da mesma forma, grandes extensões de terras foram ocupadas com pastagens para a produção de carne e leite. A produtividade elevou-se significativamente com o uso de técnicas de manejo de rebanho, colocando a região numa posição de destaque no *ranking nacional*, com 40,5% do rebanho nacional, ou seja, aproximadamente 60 milhões de animais.

Ocupação desordenada do Cerrado e desigualdades sociais nos centros urbanos

Esta questão pode ser primeiramente abordada sob dois aspectos. O primeiro é historicamente conhecido e refere-se ao desmantelamento das formas de produção rudimentares de cultivo da terra, voltadas para a subsistência das famílias envolvidas. Este processo foi hegemônico até o final dos anos 1960 e foi substituído por uma estrutura econômica e tecnológica moderna a partir dos anos 1970, para viabilizar uma produção de escala visando sobretudo o mercado exportador. Sob esse aspecto, estudiosos vêm analisando o agravamento das condições sócio-econômicas nos centros urbanos, provocado pelo afluxo intenso de pessoas para as cidades, mas também com conseqüências psicossociais provocadas pelo que os antropólogos chamam de *desenraizamento*, ou seja, a falta de chão, de convivência mais profunda, enfim, saudades de suas raízes ligadas essencialmente ao cultivo da terra.

A outra abordagem tem a ver com a forma como se usa o solo e os problemas ambientais derivados de seu uso. Sendo assim, cabe uma pergunta: existe uma correlação entre ocupação e desigualdades sociais nas cidades, fruto de um processo desordenado e perverso de ocupação do Cerrado no Centro-Oeste?

Primeiramente, por que perverso?

O “perverso” pode ser explicado a partir de três variáveis que se complementam e são indispensáveis para transformar a região numa grande produtora de “*commodities*” (grãos, cana-de-açúcar, carnes, algodão, entre outros): ver o Cerrado como área de fronteira; larga utilização de pivôs de irrigação e uso intensivo de fertilizantes, sobretudo agrotóxicos. Inúmeros estudos, principalmente do Centro de Pesquisas Agropecuárias dos Cerrados-CPAC, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, têm

apontado as fragilidades do Cerrado no que se refere à sua forma de ocupação, ou seja, ocupar esse bioma como área de fronteira é exaurir dele toda a fertilidade que possui, fertilidade essa que tem como função garantir o futuro do próprio bioma.

Vale registrar as observações de Abramovay (1999:5) quanto à abundância de água nos Cerrados e sua função irrigadora do próprio solo:

Esta concentração do período das chuvas sucedida por uma prolongada seca (4 a 7 meses) determina a estratégia adaptativa das plantas de buscar água a dez metros de profundidade, o que faz com que a vegetação e a vida animal nos Cerrados sejam mais importante sob o solo do que acima de sua superfície (**Floresta de cabeça para baixo**), ajuda a explicar a ausência de campanhas públicas voltadas a sua preservação. (**o grifo é meu**).

Ao se fazer uso intensivo de pivôs, coloca-se em risco as fontes perenes de água, muitas delas provenientes de “águas profundas”. A esse respeito, Abramovay (1999:9) constata:

Apenas no Estado de Goiás, já são mais de 80 mil hectares irrigados (há quem fale em mais de 100 mil). Um cálculo médio, com base em que cada pivô central consome em média um litro de água por segundo por hectare, indica um consumo de 288 milhões de litros – ou 288 mil metros cúbicos – por hora só neste Estado. Admitida uma média de 12 horas por dia de uso para cada pivô em certas épocas, chega-se a 3,45 bilhões de litros de água utilizados em irrigação diariamente, apenas em Goiás – cerca de 20 vezes o consumo doméstico diário do milhão de pessoas que vivem em uma cidade como Goiânia.

Lembra Abramovay (1999:9) que o consumo exagerado de água para irrigar a produção agrícola, baseado no crescimento do consumo de energia elétrica rural,

É um risco, uma vez que não se tem conhecimento confiável dos aquíferos da região, suas áreas de recarga e descarga, seus ciclos internos e sua capacidade de suporte. Esta situação de conflito entre irrigação e abastecimento urbano fez com que “em Goiás, na última estação seca, o Ministério Público tenha lacrado pivôs centrais para que não se comprometesse o abastecimento de cidades inteiras” (Novaes e Novaes, 1998: 4 e 5, Apud Abramovay (1999:9)).

Finalmente, o outro problema está relacionado ao uso de fertilizantes (agrotóxicos), sobre os quais só recentemente o Congresso Nacional produziu legislação específica visando o controle de sua utilização. Ainda assim, um controle mais efetivo esbarra na morosidade e deficiência do aparato de fiscalização.

Para concluir, portanto, levanto a hipótese de que também é pertinente relacionar as desigualdades sociais nas cidades às questões ambientais advindas de um processo

produtivo *não sustentável* do ponto de vista ecológico e, não associá-la exclusivamente apenas às formas clássicas de explicação das desigualdades. A decisão de migrar pode ser encarada, num primeiro momento, como uma atitude de revolta contra as condições em que se está vivendo. No caso do Cerrado, o processo perverso de preparo da terra, visando ampliar a produção de grãos, exauriu as potencialidades naturais de seu solo e tornou o acesso à água cada vez mais difícil, na medida em que o lençol freático foi ficando mais profundo. Como consequência, várias nascentes secaram⁵. Num segundo momento, quando o migrante já está novamente instalado, ainda que em situação precária, o ato de migrar assume a forma de um engajamento com o propósito de se promover transformações pessoais, familiares.

Região Metropolitana de Goiânia

No Centro-Oeste Brasileiro existem dois pólos de concentração humana e econômica que desafiam todos os que se preocupam com a gestão dos grandes espaços urbanos.

Tabela 4 - População Residente, por sexo segundo os Municípios da RIDE - 2000

Município	População Residente				
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Distrito Federal	2.051.146	981.356	1.069.790	1.961.499	89.647
Abadiania	11.452	5.938	5.514	7.206	4.246
Água Fria de Goiás	4.469	2.457	2.012	1.603	2.866
Águas Lindas de Goiás	105.746	53.164	52.582	105.583	163
Alexania	20.047	10.093	9.954	15.935	4.112
Buritiz (MG)	20.396	10.506	9.890	13.868	6.528
Cabeceira Grande (MG)	5.920	3.122	2.798	4.579	1.341
Cabeceiras	6.758	3.538	3.220	4.904	1.854
Cidade Ocidental	40.377	19.837	20.540	34.465	5.912
Cocalzinho de Goiás	14.626	7.550	7.076	6.000	8.626
Corumbá de Goiás	9.679	5.036	4.643	5.597	4.082
Cristalina	34.116	17.604	16.512	27.569	6.547
Formosa	78.651	39.338	39.313	69.285	9.366
Luziania	141.082	70.789	70.293	130.165	10.917
Mimoso de Goiás	2.801	1.474	1.327	1.186	1.615
Novo Gama	74.380	36.670	37.710	73.026	1.354
Padre Bernardo	21.514	11.069	10.445	13.272	8.242
Pirenópolis	21.245	11.049	10.196	12.475	8.770
Planaltina	73.718	36.688	37.030	70.127	3.591

⁵ O ITS estima que mais de 300 cursos d'água secaram no Centro-Oeste em consequência da forma de ocupação do Cerrado.

Santo Antonio do					
Descoberto	51.897	26.128	25.769	48.398	3.499
Unai (MG)	70.033	35.888	34.145	55.549	14.484
Valparaiso de Goias	94.856	46.313	48.543	94.856	0
Vila Boa	3.287	1.679	1.608	2.702	585
Total RIDE	2.958.196	1.437.286	1.520.910	2.759.849	198.347

Fonte: Censo demográfico 2000 - IBGE

Dados organizados pela Prefeitura de Goiânia - SEPLAM/DPSE/DVPE

Refiro-me ao espaço metropolitano ampliado de Goiânia (inclusive Anápolis), constituído por 21 municípios e uma população de aproximadamente 2 milhões de habitantes, e à Região Integrada para o Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), com cerca de 3 milhões de habitantes, que envolve o Distrito Federal (Brasília), 19 municípios do Estado de Goiás e mais dois municípios do estado de Minas Gerais. Em suma, o Censo de 2000 apurou que nesse eixo (Goiânia-Brasília) reside um contingente populacional de aproximadamente 5 milhões de habitantes.

Essa população equivale à quase totalidade dos residentes no Estado de Goiás, um dos Estados integrantes do Centro-Oeste, e quase 50% da população total centroestina, estimada em 11 milhões.

Além desses dois pólos (entorno de Goiânia e entorno de Brasília), existem outras aglomerações de menor porte, porém com relevância regional, como é o caso de Catalão, Luziânia e Rio Verde em Goiás; Dourados e Três Lagoas no Mato Grosso do Sul; Sinop, Alta Floresta, Rondonópolis e Várzea Grande, esta na Grande Cuiabá, em Mato Grosso.

Essa brutal concentração tem nos desafiado a pesquisar e estudar as condições sócio-econômicas das populações que vivem no Centro-Oeste, constituído pelos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, além do Distrito Federal (Brasília). Aventamos três hipóteses:

a) a concentração populacional fez surgir imensas áreas desertificadas em todos os Estados federativos do Centro-Oeste, produzindo imensos vazios, principalmente nos três Estados membros, os quais apresentam densidades demográficas muito baixas;

b) como consequência, possibilitou a estagnação econômica das regiões desertificadas e concentrou os aportes de investimentos públicos, via incentivos fiscais nas áreas mais adensadas;

c) por fim, o processo concentrador de desenvolvimento, responsável pelas ondas intensivas de migrações internas, agravou as condições de vida daqueles que, forçados, abandonaram seus locais de origem e foram morar nos centros urbanos mais dinâmicos da Região Centro-Oeste.

O município sede, Goiânia, desde os anos 50, assumiu papel importante de entreposto comercial e consolidou sua posição de capital regional a partir dos anos 80. Atualmente, a Região Metropolitana de Goiânia reúne uma população de aproximadamente 1.700.000 habitantes distribuídos num território de aproximadamente 4 mil km². Vale ressaltar que só a população de Goiânia representa 64% dessa população e ocupa cerca de 19% do território metropolitano.

Tabela 5 - População Residente, por sexo segundo os Municípios da Região Metropolitana de Goiânia - 2000

Município	População Residente				
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Abadia de Goiás	4.971	2.522	2.449	3.096	1.875
Aparecida de Goiânia	336.392	166.916	169.476	335.547	845
Aragoiânia	6.424	3.248	3.176	4.262	2.162
Goianira	18.719	9.417	9.302	18.064	655
Goianópolis	10.671	5.493	5.178	9.805	866
Goiânia	1.093.007	521.055	571.952	1.085.806	7.201
Hidrolândia	13.086	6.804	6.282	7.836	5.250
Nerópolis	18.578	9.254	9.324	17.253	1.325
Santo Antônio de Goiás	3.106	1.602	1.504	2.564	542
Senador Canedo	53.105	26.591	26.514	50.442	2.663
Trindade	81.457	40.169	41.288	78.199	3.258
Total RMG	1.639.516	793.071	846.445	1.612.874	26.642

Fonte: Censo demográfico 2000 - IBGE
 Dados organizados pela Prefeitura de Goiânia -
 SEPLAM/DPSE/DVPE

As desigualdades sócio-espaciais têm-se agravado, e a estrutura do poder local (prefeituras) não tem criado, à exceção de Goiânia, as condições de sobrevivência e de cidadania aos residentes na maioria dos municípios que compõem a Região Metropolitana.

Mesmo oferecendo melhores condições de atendimento, tanto no que se refere ao emprego quanto à oferta de serviços de saúde e educação, a condição de capital regional impõe à Goiânia uma sobrecarga financeira elevada, sem, contudo, receber subsídios na mesma proporção dos custos provocados pelo aumento da pressão social.

Essa situação é própria do Brasil, que se urbanizou muito rapidamente. O ponto de inflexão rural-urbano no Brasil foi a partir dos anos 1960, quando a população passou a ser majoritariamente urbana. Em outros termos, o aumento da urbanização, a partir do final dos anos 50 do século XX, foi particularmente grande no Brasil, multiplicando-se as cidades com população acima de um milhão de habitantes. O afluxo de pessoas para a zona urbana tem motivos das mais diversas ordens, que vão desde as dificuldades que os avanços da tecnologia trouxeram aos mais pobres que moravam no campo até a transferência de pessoas entre cidades, buscando maior participação nas conquistas econômico-sociais obtidas.

A absorção das pessoas que chegam às cidades é rigorosamente seletiva e, obviamente, a melhor acolhida é para os que trazem melhores condições para essa inserção, no que se refere à posse de recursos financeiros e de bens e/ou melhor preparo educacional, o que os credencia a melhor situar-se perante o mercado de trabalho.

Dessa forma, a cidade acolhe melhor aqueles que já partem de um patamar mais alto de propriedade, de bens materiais e educação formal. Os migrantes juntam-se à população local e enquadram-se nesse esquema que está estabelecido no meio urbano.

Se, por um lado as cidades não oferecem para todos as mesmas condições de sobrevivência, por outro, a solicitação dos serviços urbanos por parte da população urbana em geral é tendencialmente crescente. E o crescimento é muito mais intenso por parte dessa população que agrega menos valor à cidade, embora, pela sua dimensão, se constitua na principal fonte de recursos arrecadados pelo poder público.

De qualquer forma, a demanda por serviços é sempre muito maior que a oferta dos mesmos, sendo um problema largamente agravado pela ação daquele segmento que explora a produção imobiliária e o comércio do solo urbano. Esses agentes econômico-sociais acabam por colaborar com a elevação dos custos urbanos, expandindo as fronteiras das cidades através da incorporação de terrenos de mais baixo preço, antes que todo o espaço

urbano seja ocupado. Essa expansão traz uma série de problemas, que vão desde a dificuldade de acesso das pessoas aos seus postos de trabalho até a diminuição da produtividade da infra-estrutura que, ao se alongar, o faz de maneira a cobrir áreas muito esparsamente habitadas ou mesmo vazias.

Esse aumento de custo para o poder público é, em primeira instância, apropriado pelo proprietário da terra urbana ou (e principalmente) pelo empreendedor imobiliário e, residualmente, pelos que se tornam proprietários, quase sempre no sistema de compra com muitos anos para realizar o pagamento, o que os mantém vulneráveis durante uma grande parte do seu tempo útil de vida. Além de suprir esses locais mais distantes com a infra-estrutura física de água, energia elétrica, esgoto, asfalto, há ainda necessidades ligadas à saúde, educação e tantas outras que a cidade impõe aos indivíduos.

O caso de Goiânia é dos mais relevantes em razão das altas taxas de crescimento populacional, notadamente nas décadas de 50/60 e 60/70, auge da implantação de Brasília e de grandes investimentos na região, grandes obras e a implantação de serviços para dar sustentação ao processo de crescimento de uma grande parte do Centro Oeste.

A partir da década de 80, já se observa o grande crescimento das cidades vizinhas fronteiriças, algumas das quais vieram a conurbar-se com Goiânia. Em outros termos, a produção e comercialização da cidade de Goiânia, via capital imobiliário, empurraram a população de mais baixa renda para fora de seus limites político-administrativos. Aparecida de Goiânia, como o segundo município de Goiás em quantidade de população, é um exemplo desse processo.

Enfim, Goiânia, por um lado, reparte com seu entorno uma parcela da população mais pobre que afluíra para seu território, porém, de outro, permaneceu com parcela considerável de seus encargos, na medida em que para ela converge todo tipo de demanda social.

Os altos custos da cidade e a fraca organização da população requerem maior conhecimento e acompanhamento, por parte das várias instâncias de governo, para o melhor conhecimento dos problemas gerais da cidade e sua região metropolitana, como também dos problemas localizados e que estão essencialmente nos pontos de assentamento das populações mais pobres. O norteamento das ações públicas para objetivar os gastos de

forma mais eficaz é uma necessidade urgente das prefeituras de grandes cidades em geral e de Goiânia, em particular.

À guisa de conclusão

Essas foram as questões pretendi discutir nesse texto, preparado para o VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, com o tema “A questão social no novo milênio”, a realizar-se no Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra – Portugal nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 2004.

Como se trata de uma discussão ainda preliminar, penso que não cabe apontar conclusões, o que me levaria a cometer alguns equívocos. Feito essa ressalva, posso pelo menos reforçar a hipótese de que as desigualdades sociais, que nas cidades médias e grandes tem se manifestado através de processos de segregação e de auto-segregação, resultam de um processo iníquo de transferência de tecnologia *podre* dos centros mais desenvolvidos para a periferia do sistema capitalista. Nos países de origem do grande capital, existe uma grande intolerância quanto ao uso de produtos que podem causar algum dano à saúde de quem os maneja, como de quem os consome. Essa intolerância vem tanto dos consumidores quanto das autoridades ligadas à saúde humana.

Referências Bibliográficas Citadas

ABRAMOVAY Ricardo (1999). **Moratória para os Cerrados. Elementos para uma estratégia de agricultura sustentável.** Texto internet. Departamento de Economia e Programa de Ciência Ambiental da USP. abramov@usp.br

DELITTI Wellington B. C. e PIVELLO Vânia R. Cerrado (s/d). Biodiversidade Ameaçada.

IPEA/NESUR-IE-UNICAMP/IBGE (1999). **Caracterização e Tendências da rede urbana do Brasil (Síntese Brasil).** Campinas/SP: UNICAMP.IE (Coleção Pesquisas).